Turismo e Sociedade
Revista | UFPR

GESTÃO DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE MARICÁ (RJ): ações e olhares dos atores sociais envolvidos

Tourism Management in Maricá (RJ), Brazil: actions and views of the social actors involved

Jean Pereira Viana[1]
Aguinaldo Cesar Fratucci[2]

RESUMO: Nas últimas décadas o município de Maricá (RJ) vem passando por um período de crescimento e desenvolvimento econômico mais acentuado. O poder público local vem implementando projetos para a melhoria urbana e, consequentemente, turística do município. O objetivo geral deste trabalho é analisar a atuação do poder público e do trade turístico de Maricá para o desenvolvimento turístico do município no período de 2009 a 2020. São discutidos no referencial teórico os conceitos de desenvolvimento territorial e políticas públicas atrelados ao turismo, além da apresentação do município. A metodologia de pesquisa adotada foi qualitativa, contemplando pesquisas documentais e entrevistas estruturadas e semiestruturadas. Verificou-se que houve ações pontuais em relação ao turismo de 2009 a 2020, com o turismo sendo trabalhado com mais intensidade a partir de 2017 para estruturar turisticamente o município, com fortalecimento e sensibilização do trade local, incentivo à governança turística e elaboração de projetos para tornar Maricá um destino consolidado no estado do Rio de

1 Mestrado em Turismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharelado em Turismo pela UFF. E-mail: jeanviana@id.uff.br

2 Doutorado e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharelado em Arquitetura pela Universidade Santa Úrsula (USU). Professor Associado do Departamento de Turismo da Faculdade de Turismo e Hotelaria da UFF. E-mail: acfratucci@id.uff.br

Janeiro até 2030. A pesquisa indica que o desenvolvimento do turismo em Maricá poderá ser positivo se houver articulação e envolvimento dos atores do território para superação de desafios e questões identificadas a partir dos resultados.

Palavras-chave: Turismo; Desenvolvimento Territorial; Gestão do turismo; Políticas públicas; Maricá; Rio de Janeiro.

ABSTRACT: In the last decades, the city of Maricá (Rio de Janeiro, Brazil) has been going through a period of more accentuated growth and economic development, where the public power has been implementing projects for urban and tourism improvement. Then, the objective of this study was to analyze the performance of the public authorities and the tourist trade of Maricá for its tourism development from 2009 to 2020. The concepts of territorial development and public policies linked to tourism were discussed in the theoretical framework, in addition to the city presentation. The research methodology adopted was qualitative, contemplating documental research and structured and semi-structured interviews. It was found that there were specific actions in relation to tourism from 2009 to 2020, with tourism activity being worked on more intensively from 2017 in order to structure the municipality for the activity, with strengthening and raising awareness of the local trade, encouraging tourism governance and designing projects in order to turn Maricá into a consolidated destination in the state of Rio de Janeiro by 2030. The research indicates that the development of tourism in Maricá can be positive if there is articulation and involvement of the actors in the territory to overcome the challenges and issues identified from the results of this study.
Keywords: Tourism; Territorial development; Tourism management; Public policies; Maricá; Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas de turismo têm reconhecida importância na academia e são estudadas por diferentes abordagens, como a abordagem crítica (COSTA; MARQUES; WEBER, 2019; VILELA; COSTA, 2020), social (SANCHO; IRVING, 2010; DE PAULA; MOESCH, 2013) e espacial (CRUZ, 2005; FRATUCCI; 2014), por exemplo. No Brasil, as políticas de turismo têm sido criticadas por privilegiarem o aspecto econômico do fenômeno e não considerarem sua complexidade, os interesses dos diferentes agentes sociais envolvidos e por não serem articuladas com outras políticas setoriais (BENI, 2006; FRATUCCI; 2014).

Para que o turismo não acarrete impactos negativos, é fundamental que o poder público atue para que seu desenvolvimento não degrade recursos físicos, culturais e sociais dos núcleos receptores (CRUZ, 2006; TASSO; MOESCH; NÓBREGA, 2021). O planejamento turístico envolve, além de tomada de decisões, elaboração de políticas, planos e projetos tendo como objetivo determinados resultados no futuro, sendo esses instrumentos políticos necessários à materialização dos resultados (HALL, 2011).

No contexto de municípios cujo poder público local tem intenção de desenvolver o turismo, encontra-se Maricá (RJ). O município está em processo de expansão urbana e desenvolvimento econômico – em parte devido aos *royalties* da exploração do pré-sal que vem arrecadando desde a segunda metade da última década. Para exemplificar, o município recebeu R$ 1,34 bilhão de *royalties* de petróleo em 2021 e R$ 2,5 bilhões em 2022, o que o colocam como o principal arrecadador de *royalties* do Brasil (G1,2023). Por conta desses recursos, o Executivo local tem realizado investimentos em diversas frentes, como infraestrutura, educação, distribuição de renda, cultura e turismo.

A fim de fomentar o desenvolvimento econômico de Maricá, em 2014 o governo municipal criou a Companhia de Desenvolvimento de Maricá (CODEMAR), sociedade por ações de economia mista e integrante da administração pública indireta. A companhia tem elaborado e implementado projetos para impulsionar o desenvolvimento econômico do município, contemplando seu desenvolvimento turístico. Outros órgãos públicos municipais também têm desenvolvido projetos turísticos, como as secretarias municipais de Turismo e a de Promoção e Projetos Especiais (criada em 2021). Já o setor privado se faz presente com o Maricá Convention & Visitors Bureau (C&VB) e a Associação Rota Maricá de Gastronomia e Hotelaria[3].

Alguns dos projetos desenvolvidos pelo poder público local dizem respeito à estruturação do município, com a urbanização e paisagismo de setores das orlas da Lagoa de Maricá, como nos bairros de Araçatiba, São José do Imbassaí e Parque Nanci (Itapeba), bem como nas orlas marítimas, como nos distritos de Itaipuaçu e Ponta Negra. Nota-se também a estruturação de um calendário de eventos que

3 Comumente referida apenas como Rota Gastronômica.

objetivam a geração de fluxos turísticos para Maricá[4]. Tais esforços resultam em um aprimoramento da imagem turística do município, que depende também de um trabalho coordenado de planejamento e desenvolvimento do turismo local.

O desenvolvimento turístico é considerado um diversificador da economia de Maricá pelo governo local. Apesar da relevância do município nos cenários socioeconômico e turístico fluminenses, não foram encontrados estudos que analisassem a atuação da administração pública e da iniciativa privada locais referente às ações, projetos e políticas de turismo desenvolvidos. Assim, este trabalho analisou as políticas e ações desenvolvidas para promover o desenvolvimento turístico de Maricá entre os anos de 2009 e 2020, considerando olhares e opiniões dos atores envolvidos no contexto turístico local nesse período. Tal recorte temporal se justificou por compreender o período de três mandatos consecutivos de dois prefeitos do mesmo partido político, o que indica não ter havido descontinuidade nas políticas públicas implementadas.

2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O desenvolvimento econômico de uma localidade está relacionado ao desenvolvimento territorial, processo de constante mudança social integrado a dinâmicas intra e supra territoriais e globais, que se sustenta na potenciação de recursos e ativos existentes no local (DALLABRIDA, 2020). Trata-se de um processo de desenvolvimento endógeno, interdependente das redes espaciais e sociais, e coletivo. (BRANDÃO, 2012; DALLABRIDA, 2014; 2020).

O turismo propicia um ambiente para que atividades econômicas diversas possam acontecer em um determinado território (SILVA, 2006). Os agentes sociais do turismo (turistas, empresários, trabalhadores, residentes e poder público) se apropriam de fragmentos do espaço para que o turismo aconteça, convertendo-os em territórios do turismo para atender às necessidades dos visitantes (FRATUCCI, 2014). Dada a predominância da lógica neoliberal no planejamento turístico e nas políticas públicas, verifica-se a priorização de interesses mercadológicos em detrimento às demandas dos demais agentes sociais produtores do turismo (FRATUCCI, 2014; HALL, 2011; LIMA; IRVING; OLIVEIRA, 2022).

Para efeito do desenvolvimento territorial a partir do turismo, entende-se que o modelo territorialista e endógeno seja o mais adequado, desde que toda a cadeia produtiva do turismo no território seja considerada e envolvida no processo. (SILVA, 2006; FRATUCCI, 2014). Quando o planejamento e as políticas de turismo consideram tais particularidades, outras atividades econômicas estabelecidas no território também são beneficiadas a partir de relações recursivas de (re)distribuição e circulação monetária. Para isso, o Estado deve atuar na formulação de políticas públicas que equilibrem tais demandas, permitindo que a atividade seja sustentável a longo prazo

4 Disponível em: <https://www.conhecamarica.com.br/eventos>.

(BENI, 2006; FRATUCCI, 2014). Deve ser incentivada também a participação dos diferentes atores locais nos espaços de discussão para formular coletivamente ações para o desenvolvimento turístico e que atuem em prol do benefício do coletivo do território (ENDRES; PAKMAN, 2019; TRENTIN, 2016).

Políticas públicas de turismo devem expressar o ideário do Estado e de todos os componentes do território em relação à organização, planejamento e desenvolvimento do turismo, além de explicitar as diretrizes e estratégias para o cumprimento de seus objetivos e metas (CRUZ, 2006; SOUZA, 2021). A política de turismo deve atuar no âmbito territorial de sua competência e estar integrada a uma política de Estado mais ampla e transversal para solucionar problemas e promover o desenvolvimento turístico (GASTAL; MOESCH, 2007). Tais políticas precisam ter objetivos, metas e ações específicas para serem alcançadas e realizadas (VELASCO, 2011).

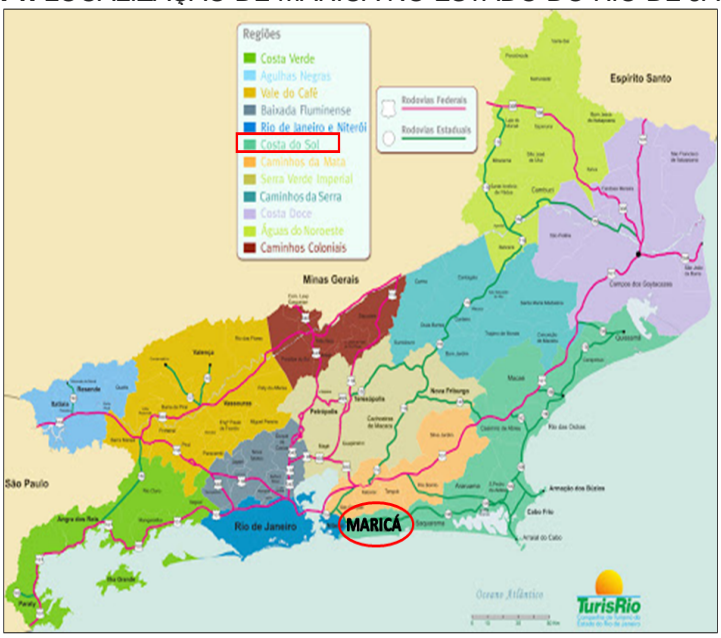
De modo geral, políticas de turismo de destinos consolidados têm como objetivos incentivar o crescimento da atividade turística. No caso de territórios nos quais há intenção e planos para desenvolver e impulsionar o turismo, as políticas devem objetivar a criação de condições adequadas para que a atividade turística possa acontecer gerando poucos conflitos entre os envolvidos (VELASCO, 2014).

A partir do artigo 30 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), os municípios brasileiros têm autonomia para tomarem decisões sobre seus territórios – principalmente sobre desenvolvimento turístico. Esse modelo descentralizado, em que municípios, estados e regiões desenvolvem suas políticas é considerado a principal estratégia da política de turismo (FARIAS; FIGUEIREDO, 2015).

Nesse contexto, tem-se o município de Maricá (RJ), que por conta da futura instalação do Polo Gaslub[5] em Itaboraí (município vizinho) e dos *royalties* de petróleo que vem arrecadando, tem apresentado intenso crescimento econômico nas últimas décadas. Situado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na região turística da Costa do Sol, o município integra o Mapa do Turismo Brasileiro do Ministério do Turismo (MTUR) desde 2019 na categoria C. (Figura 1).

5 Nome atual do antigo Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ).

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DE MARICÁ NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



FONTE: Adaptado de Guia Geográfico Rio de Janeiro (s.d.).

Quanto ao seu potencial turístico, Maricá conta com uma faixa litorânea de 46 quilômetros de comprimento, além de um complexo lagunar interligado por canais, áreas de proteção ambiental, imóveis de valor histórico e eventos geradores de fluxo turístico regional, como o Carnaval, o Espraiado de Portas Abertas e o Festival Pedacinho do Céu, além da futura instalação do empreendimento turístico-residencial Maraey, oriundo do Plano Indutor de Investimentos Turísticos da Região dos Lagos, desenvolvido a partir do convênio de cooperação técnica entre o governo do estado do Rio de Janeiro e da Catalunha (Espanha), no final dos anos 1980 (FRATUCCI, 2005; CONTI; LAVANDOSKI, 2019).

A partir desse cenário, questionou-se: qual foi a participação dos atores sociais envolvidos com o turismo de Maricá em relação às ações direcionadas ao desenvolvimento turístico do município entre os anos de 2009 e 2020 – e quais são suas proposições e perspectivas para os próximos dez anos?

3 METODOLOGIA

A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa foi qualitativa baseada em pesquisas documentais e entrevistadas estruturadas e semiestruturadas aplicadas de forma *on-line* entre março e agosto de 2021, em virtude do estado pandêmico da COVID-19. A pesquisa documental justificou-se pelo fato de o poder público ser formulador de políticas públicas e registrar suas ações em leis e decretos, e consistiu na busca de documentos oficiais e informações nos

sites oficiais de Maricá, veículos de imprensa, requisição de informações no portal oficial da prefeitura e participação em eventos oficiais sobre o turismo no município pré-pandemia (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015).

O método adotado nessa etapa foi a análise de conteúdo, técnica que permite descrições objetivas, sistemáticas e quantitativas de conteúdos provenientes das diferentes formas de comunicação, procurando padrões e estruturas, definindo categorias e agregando-as para apreender os seus significados (BARDIN, 1977). O primeiro passo foi a seleção dos materiais a serem submetidos à análise (Figura 2):

FIGURA 2: DOCUMENTOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE

Documentos analisados
Lei Orgânica de Maricá (1990)
Plano Diretor Municipal de Maricá (2006)
Documento de Resposta à Solicitação feita no portal e-SIC[6]
Agenda 21 de Maricá (2011)
Apresentação do PMDTS Maricá 2030[7]
Relatório Técnico Prestação de contas Federação de Convention &Visitors Bureaux do Estado do Rio de Janeiro (FC&VB-RJ) e CODEMAR de 2018 (fases 1 e 2) (MARICÁ 2030, 2018a)
Relatório Técnico PMDTS Maricá 2030 de 2018 (fase 3) (MARICÁ 2030, 2018b)
Manual de Boas Práticas para os Meios de Hospedagem (MARICÁ, 2020a)
Manual de Boas Práticas para Bares e Restaurantes (MARICÁ, 2020b)

FONTE: Elaboração própria.

O processo de análise foi indutivo e se deu a partir da leitura em profundidade dos documentos para entender o fenômeno estudado e em triangulação de dados com algumas falas dos entrevistados (CASTRO; ABS; SARRIERA, 2011). A triangulação se mostrou necessária porque os documentos não permitiram a total compreensão do que foi efetivamente realizado, além de complementar algumas informações (OLIVEIRA, 2015).

As entrevistas foram adotadas para obtenção de dados subjetivos dos processos de desenvolvimento turístico de Maricá, orientadas por um roteiro de perguntas previamente estabelecidas para serem respondidas pelos informantes selecionados (BONI; QUARESMA, 2005), conforme Figura 3. O objetivo das entrevistas foi captar os olhares de cada entrevistado sobre o processo de desenvolvimento do turismo em Maricá no recorte temporal delimitado, entendendo tais "olhares" como fundamentais

6 Documento cedido aos autores a partir de solicitação formal no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) do município.

7 Documento de circulação interna da FC&VB-RJ e da Secretaria de Turismo de Maricá cedido aos autores.

para captar nuances e características do desenvolvimento territorial imprimido pelas ações implementadas.

FIGURA 3: QUADRO COM TEMAS E OBJETIVOS DAS PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS

Tema	Objetivo
Atuação da entidade representada para o desenvolvimento turístico de Maricá (2009-2020)	Entender quais foram as principais ações, projetos, programas e políticas idealizadas, propostas e/ou implementadas pela entidade representada pelo(a) entrevistado(a).
Projetos de desenvolvimento turístico de Maricá	Identificar os projetos que estão sendo idealizados e/ou desenvolvidos para o turismo num período próximo
Resultados pretendidos/esperados até 2030	Identificar os resultados pretendidos/esperados com os projetos de desenvolvimento turístico de Maricá.
Direção que o desenvolvimento do turismo em Maricá deve tomar	Captar opiniões do(a) entrevistado(a) sobre a direção que o desenvolvimento turístico de Maricá deve tomar e por quê.

FONTE: Elaboração própria.

Apesar das entrevistas terem sido semiestruturadas, por conta de restrições pessoais dos entrevistados, duas delas foram feitas de forma estruturada, com os roteiros de perguntas enviados para os participantes e devolvidos respondidos. (Figura 4). O desenho da pesquisa permitiu adaptações e reconstruções nos procedimentos e no instrumento de coleta de dados (BAPTISTA, 2014).

A última pergunta requisitava do entrevistado a indicação de outras pessoas por ele consideradas importantes para os objetivos da pesquisa, atendendo à técnica de amostragem bola de neve, que utiliza cadeias de referências. Isso se mostrou útil para estudar o conjunto de atores, visto que eram pessoas de difícil acesso (VINUTO, 2014), especialmente no período do pico pandêmico.

FIGURA 4: QUADRO SÍNTESE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Entidade representada	Tipo de entrevista	Indicados	Código
Maricá C&VB	Semiestruturada (virtual)	Maricá C&VB (vice-presidente)	Informante 1
FC&VB-RJ		CODEMAR (ex-presidente)	Informante 2
CODEMAR		CODEMAR	Informante 3
Secretaria Municipal de Turismo de Maricá		Secretaria Municipal de Turismo de Maricá (atual secretário)	Informante 4
Maricá C&VB		Rota Gastronômica	Informante 5
CODEMAR			Informante 6
Rota Gastronômica			Informante 7
IDB Brasil	Estruturada		Informante 8
Secretaria Municipal de Turismo de Maricá			Informante 9

FONTE: Elaboração própria.

Todas as entrevistas semiestruturadas foram realizadas via Google Meet e transcritas para posterior categorização – operação de classificação dos elementos que constituem um conjunto do conteúdo a ser analisado (BARDIN, 1977). Devido à análise de conteúdo neste trabalho ter sido indutiva, as categorias foram definidas a partir das perguntas do roteiro de entrevista (Figura 5).

FIGURA 5: CATEGORIAS ESTABELECIDAS NA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

Categoria	Elementos pesquisados
Atuação entre 2009 e 2020	Projetos; Ações; Outros
Caminhos para o desenvolvimento do turismo em Maricá	O que deve basear a atuação das instituições em relação ao desenvolvimento do turismo em Maricá

FONTE: Elaboração própria.

Com base nos procedimentos descritos nesta seção, foi possível verificar quais ações foram realizadas pelos principais atores sociais envolvidos com o turismo em Maricá de 2009 a 2020. Os principais resultados dessas pesquisas são apresentados e discutidos na seção seguinte.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Triangulando os dados da pesquisa documental com os dados obtidos com as entrevistas, foi possível identificar e analisar com profundidade as políticas e ações desenvolvidas tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada de Maricá para o desenvolvimento do turismo no município, revelando não apenas o que foi feito, mas também como e por que foi feito. Para melhor exibição, estão seção subdivide-se em três: resultados documentais, resultados das entrevistas e discussão geral dos resultados.

4.1 RESULTADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL

Na Lei Orgânica de Maricá (LOM), o turismo aparece no capítulo 2 (Política Industrial, Comercial e de Serviços) do título IV (Da Ordem Econômica, Financeira e do Meio Ambiente), sendo mencionado como um vetor de diversificação da economia local (MARICÁ, 1990).

O Plano Diretor Urbano do Município de Maricá de 2006 segue essa linha de diversificação econômica e propõe os objetivos que compõem o Programa de Incentivo ao Turismo: a) desenvolvimento do ecoturismo e de infraestrutura turística;

b) estímulo e apoio à produção de eventos turísticos; c) incentivo à formação de recursos humanos para atendimento das atividades turísticas, e; d) apoio e promoção aos circuitos turísticos do município (MARICÁ, 2006).

Tanto a LOM quanto o Plano Diretor são instrumentos normativos da política de turismo do município de Maricá, conforme entendimento de Velasco (2011). As proposições encontradas nesses documentos possuem premissas de fomentar o turismo em Maricá, atrair novos empreendimentos e garantir a melhoria da qualidade de vida da população residente, repetindo o discurso adotado pelas diversas políticas públicas de turismo brasileiras.

Ações direcionadas para o turismo foram estabelecidas na Agenda 21 de Maricá (MARICÁ, 2011), que contempla três propostas: turismo sustentável, promoção do ecoturismo e incentivo ao turismo rural.

Muitas ações previstas na Agenda 21 começaram a se concretizar a partir da aproximação da CODEMAR (e da Secretaria de Turismo) com a FC&VB-RJ em 2017, que se deu com o entendimento da CODEMAR de que a FC&VB-RJ, sendo uma entidade de mercado com mais experiência na área de turismo, seria capaz de auxiliar o poder público local no desenvolvimento turístico[8]. A partir dessa parceria foram definidas a criação do Maricá C&VB, em 2018, e a idealização de um plano de desenvolvimento turístico que contemplasse ações, estímulo e fortalecimento de segmentos e promoção do turismo em Maricá a longo prazo, consoante com as ideias de Beni (2006) e Fratucci (2014).

Esse plano idealizado pela FC&VB-RJ, denominado PMDTS Maricá 2030, foi elaborado em 2017 e apresentado oficialmente em 2019. O Plano tem como objetivo desenvolver ações que subsidiarão o Plano Municipal de Turismo de Maricá, segundo o documento de resposta obtido via Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC[9]).

Foram encontradas informações sobre ações da parceria entre FC&VB-RJ, Maricá C&VB, CODEMAR e Secretaria de Turismo de Maricá nos Relatórios Técnicos da FC&VB-RJ das três fases do convênio. Na fase 1 foram realizados dois eventos de abrangência local que serviram como ponto de partida para os trabalhos da Federação. A fase 2 caracterizou-se pelo primeiro Seminário Empresarial de Turismo de Maricá, em maio daquele ano. Como resultado desses eventos, entendeu-se haver a necessidade da criação de um C&VB local para reunir empresários e associações interessadas no desenvolvimento turístico de Maricá, o que foi feito em 2018. Essa agregação do *trade* turístico local necessita do aporte de um COMTUR representativo e atuante. No entanto, não foi possível verificar a governança do turismo em Maricá, tendo em vista que a pandemia impediu as reuniões do conselho (MARICÁ 2030, 2018).

8 Informação obtida a partir de entrevista com o Informante 3.

9 Disponível em: <https://esic.marica.rj.gov.br/index>.

A fase 3 do trabalho do PMDTS Maricá 2030 consistiu em um diagnóstico da estrutura do turismo no município para entender como deveria ser feito o fortalecimento do turismo do município. Foram realizadas as seguintes ações: a) inventário dos meios de hospedagem; b) diagnóstico e avaliação para formatação de roteiros turísticos; c) visita técnica aos atrativos divulgados, e; d) reuniões com atores locais para alinhamento e desenvolvimento das atividades propostas. Identificou-se que muitos dos atrativos divulgados pela Secretaria de Turismo ainda não tinham condições adequadas para visitação, além da falta de posicionamento de Maricá como destino turístico pela inexistência de um plano de marketing turístico do município (MARICÁ 2030, 2019). A partir desse diagnóstico foi proposto o PMDTS Maricá 2030.

Por fim, os Manuais de Boas Práticas para Meios de Hospedagem e Bares e Restaurantes referem-se ao programa Maricá Recebe Maricá Protege, elaborado pelas secretarias municipais de Turismo, de Saúde, CODEMAR, e Coordenação de Vigilância Sanitária em 2020. Estabeleceram-se diretrizes a serem adotadas pelos setores de hospedagem e de bares e restaurantes objetivando uma retomada gradual e organizada das atividades econômicas, com orientações de medidas para reduzir o contágio da COVID-19 (MARICÁ, 2020a; 2020b).

Identificados os principais achados nos documentos oficiais disponíveis, partiu-se para a discussão das informações obtidas pelas entrevistas buscando o entendimento de como se deram as atuações dos atores sociais envolvidos, bem como identificar suas percepções e perspectivas para o futuro do turismo em Maricá.

4.2 O QUE REVELARAM AS ENTREVISTAS

Em virtude do já referido convênio, uma das principais atuações para o desenvolvimento turístico de Maricá foi da FC&VB-RJ. O Informante 2, presidente da entidade à época, informou que a federação atua em Maricá desde 2017, contratada pela CODEMAR para fazer o diagnóstico turístico do município e estruturar o setor visando um desenvolvimento integrado. Foi criado o Maricá C&VB para reunir os empresários do *trade* turístico local, realizaram-se seminários e *workshops* empresariais e formulou-se o PMDTS Maricá 2030, programa que tem uma série de ações a serem desenvolvidas até 2030 para que o município se estruture turisticamente e ocupe a categoria B no Mapa do Turismo Brasileiro. Apesar de a FC&VB-RJ ser um agente externo ao território, vale mencionar que o desenvolvimento territorial, apesar de ser um processo endógeno, não impede a existência de consultores/agentes externos (DALLABRIDA, 2014; 2020).

Em relação à atuação do Maricá C&VB, o Informante 1 mencionou que a entidade, criada em 2018, desenvolveu uma série de ações até o final de 2020. Foram elencadas a execução de ações previstas no PMDTS Maricá 2030, realização de festivais gastronômicos e trabalho de conscientização dos empresários dos setores de hospedagem e alimentos e bebidas para se associarem ao Cadastur. Informou também que a entidade atuou organizando ou auxiliando projetos como: Celebrar Maricá (estímulo ao comércio local no Natal); Intertur (visitas oficiais a [e de] outros

municípios); Hospedar Maricá (capacitação do setor de hospedagem); Espraiado de Portas Abertas; e Maricá Recebe Maricá Protege. Além desses, a instituição contribuiu também para o desenvolvimento do turismo rural de Maricá. Tais ações, mesmo que em estágio inicial, parecem indicar início de um processo de desenvolvimento territorial, por buscarem envolver diferentes atores do território em vários momentos.

A CODEMAR, por sua vez, atuou no turismo devido à atividade fim da companhia. Segundo o Informante 3, entendeu-se que o município tem forte vocação turística que não se concretizava pela falta de preparo e estrutura para atender aos segmentos de lazer e de negócios. Assim, a CODEMAR objetivou a melhoria da infraestrutura do município para que novos negócios do setor possam se instalar na cidade (redes hoteleiras, por exemplo). Nota-se aqui uma tentativa de articulação transversal entre diferentes políticas setoriais locais. Além disso, segundo a Informante 6, a CODEMAR também atuou na elaboração de um plano de marketing e desenvolvimento turístico que tem interseções com o PMDTS Maricá 2030, e no desenvolvimento do projeto Maricá Cidade do Samba e das Utopias, que pretende transformar casas de moradores ilustres do município em casas-museu.

Com relação à atuação da Secretaria de Turismo de Maricá, o Informante 4 comentou que houve um trabalho de aproximação com empresários, entidades empresariais turísticas e sociedade civil organizada locais, em parceria com a FC&VB-RJ e a CODEMAR, a partir de seminários empresariais e outros eventos abertos ao público. Mencionou-se ainda o trabalho para a implementação da governança turística no município, apoiando a criação do Maricá C&VB e reativação do COMTUR Maricá com uma nova estrutura, permitindo aos empresários locais uma visão de médio a longo prazo

Institucionalizar essa visão se mostra um desafio e uma oportunidade para que a formulação de políticas de turismo em Maricá não seja feita exclusivamente por uma parte, garantindo a participação democrática em um processo coletivo de elaboração de políticas e projetos de turismo no município, conforme entendimento de Velasco (2011; 2014). A governança turística deve ser definida a partir da representatividade das partes interessadas no desenvolvimento turístico do território. Até a finalização desta pesquisa, o COMTUR Maricá ainda iniciava suas atividades e não foi possível identificar seus componentes, as relações entre seus integrantes, tampouco observar se havia sinergia ou sobreposição de ações desenvolvidas.

Já o Informante 9, atual secretário de turismo de Maricá, mencionou que o órgão, sob sua gestão, atuou na estruturação e execução dos principais eventos do município, como o Carnaval e o Natal Iluminado de Maricá (festival de Natal). Informou ainda que a Secretaria criou: o Projeto Pratas da Casa, em 2018, para premiar, incentivar e auxiliar os artistas locais; o *site* Conheça Maricá[10] e o aplicativo Maricá Oficial[11], ambos com informações de turismo da cidade (pousadas, restaurantes, trilhas, atrativos, praias etc.).

10 Disponível em: <https://www.conhecamarica.com.br/>.

11 Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.marica2030.app&hl=pt_BR&gl=US>.

Em relação às ações da iniciativa privada, uma das pioneiras foi a Informante 5. A entrevistada mencionou que idealizou um evento no bairro do Espraiado para valorizar a cultura local e para os donos de sítios exporem e venderem seus produtos: o Espraiado de Portas Abertas. O evento foi organizado pelos moradores do bairro até o ano de 2013, quando, por ter ganho proporções maiores, e pelo interesse do poder público municipal por conta do movimento que gerava no bairro, sua organização foi passada para a Secretaria de Turismo de Maricá. Observa-se aqui uma iniciativa de uma agente local que engendrou outras atividades econômicas e conferiu um novo *status* ao bairro, desenvolvendo-o economicamente dentro de suas possibilidades de atuação, resultando na construção de um projeto maior, posteriormente abraçado pelo poder público local.

Já o Informante 7, representante da Rota Gastronômica, comentou que a entidade, por ser recente (fundada em 2019), só auxiliou na promoção dos festivais gastronômicos realizados no município em 2020 e no apoio à capacitação dos empresários do setor de alimentos e bebidas de Maricá.

O grupo IDB Brasil, respondeu à solicitação devolvendo a entrevista por escrito. Segundo o Informante 8, o único projeto da empresa em Maricá é a implantação do *resort* Maraey, a ser construído na Área de Proteção Ambiental Restinga de Maricá convertendo-a em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). O projeto foi reformulado em 2008, mas não foram encontradas produções científicas ou notícias sobre o projeto antes dessa reformulação. O informante comentou que o IDB Brasil vem tendo diálogo permanente com o poder público local, o que foi corroborado pelo Informante 3, que mencionou a troca de experiências entre o IDB Brasil e a CODEMAR. Por fim, pontuou-se que o IDB Brasil vem tentando obter os licenciamentos ambientais para iniciar as obras do projeto Maraey.

Nesse caso específico, identificou-se uma contradição dentro do processo, pois trata-se de um ator externo, com grande poder financeiro, que vem tentando se inserir no território de forma alheia ao desenvolvimento endógeno proposto pela gestão pública local. As questões envolvendo o projeto, apesar do apoio explícito do poder público local e de setores da iniciativa privada, enfrentam resistência de ambientalistas e outros grupos de moradores contrários à instalação do *resort* na Restinga de Maricá, tornando a uma questão problemática no território.

Referente à direção que o desenvolvimento turístico em Maricá deve seguir, foi pontuado pelo Informante 4 que é preciso superar a sazonalidade, com ações concretas que levem a cidade a ter fluxos turísticos regulares durante todo o ano. Mencionou também que a Secretaria de Turismo precisa trabalhar de forma integrada com outras secretarias e autarquias locais para que as ações tenham convergência, evitando sobreposições, integrando suas políticas a outras, indo ao encontro das ideias de Gastal e Moesch (2007) e De Paula e Moesch (2013).

O entendimento de que a política de turismo é setorial e que por conta disso, precisa dialogar com as outras políticas setoriais locais, parece responder a esse anseio do entrevistado. O Informante 9 mencionou que as demandas da sociedade e do setor de turismo local devem ser ouvidas pelo poder público para que haja

entendimento comum sobre qual turismo se deseja para Maricá. Essa participação se dará, na visão deste informante, a partir das reuniões do COMTUR e pelo estímulo à representatividade por meio do associativismo.

A Informante 6 salientou que o turismo em Maricá deve ser pensado de modo a se tornar uma atividade na qual a população residente esteja envolvida e inserida. Sua opinião é reverberada pelo Informante 1, que entende que devam ser propostos programas e políticas públicas de educação para o turismo nas escolas do município.

Os Informantes 2 e 3 entendem que Maricá precisa se desenvolver de forma integrada com municípios vizinhos e aqueles que compõem consórcios e espaços de discussão nos quais Maricá possui cadeira. A integração com outros municípios, na visão deles, permitirá que o turismo se consolide como uma das principais atividades econômicas do município e da região.

Para os Informantes 5 e 7, Maricá precisa valorizar seu patrimônio natural e fortalecer o turismo rural e segmentos que envolvam atividades de contato com a natureza (turismo de aventura e ecoturismo, em especial), além de dedicar especial atenção ao setor de hotelaria, que necessita ser melhor estruturado e qualificado.

Percebeu-se que os entrevistados, apesar de representarem diferentes instituições, possuem entendimentos convergentes quanto a que o desenvolvimento do turismo em Maricá deva valorizar as particularidades do seu território (dinâmicas sociais e econômicas, seu povo, suas características naturais). Notou-se que a preocupação deles é que o desenvolvimento turístico deve ser pautado na geração de emprego e renda, na valorização cultural e no fortalecimento do setor empresarial que lida diretamente com o turismo, para que o turismo se transforme efetivamente em setor econômico relevante no município.

4.3 DISCUSSÃO GERAL DOS RESULTADOS

Pela análise dos documentos e das falas dos entrevistados, observou-se que houve uma dispersão de ações e projetos entre os diferentes órgãos e instancias do setor turístico local, difíceis de serem mapeadas e verificadas a sinergia, as parcerias efetivas ou sobreposições. Sabe-se que o desenvolvimento territorial é um processo lento e difícil, na medida em que vai ao encontro do modelo neoliberal imperante na gestão pública brasileira (DALLABRIDA, 2014; FRATUCCI, 2014).

Deve-se considerar também que o planejamento de desenvolvimento turístico de Maricá proposto é para além dos períodos dos mandatos políticos. Apesar do horizonte temporal PMDTS Maricá 2030, o plano foi aceito pela atual administração – cujo mandato irá até 12/2024. Esse comportamento, nem sempre comum, é importante no âmbito da administração pública, dado que gestores públicos geralmente desenham políticas públicas e projetos que contemplem seus períodos enquanto ocupantes do Executivo, evidenciando uma possível superação desse comportamento em Maricá.

Corroborando com os conceitos de desenvolvimento territorial revisados (DALLABRIDA, 2014; 2020), ressalta-se a importância do envolvimento de todos os

agentes sociais do território no processo de decisão dos rumos a ser dado para o desenvolvimento do setor turístico local. O desenvolvimento pleno deve contemplar o território em todas as suas dimensões e vertentes e não apenas no crescimento econômico de um determinado setor. (FRATUCCI, 2014).

A análise do desenvolvimento do turismo em Maricá de 2009 a 2020 revelou-se um processo que contou com iniciativas de empresários e do poder público local intensificado a partir de 2017, relacionado ao momento econômico pelo qual o município vem passando. Apesar do trabalho desenvolvido, algumas questões ficaram em aberto. A primeira: o trabalho que vem sendo feito tornará Maricá efetivamente um destino turístico consolidado no estado do Rio de Janeiro até 2030? Entendeu-se que os projetos e ações identificadas neste estudo foram pensados para organizar as estruturas e identificar as potencialidades turísticas do município, o que leva a inferir que a sequência dos trabalhos dessas instituições deve ser no sentido de estabelecer o município no cenário turístico fluminense. Tal questionamento, porém, só será respondido no futuro; mas somente será positivo se a articulação e o envolvimento dos diferentes atores do território se concretizarem e se consolidarem, independentemente das alterações no contexto político-partidário do município.

Outras questões que se colocam são: como garantir que os possíveis efeitos negativos do desenvolvimento turístico local não sejam sentidos mais acentuadamente pelas populações de baixa renda? Como fazer para que a atividade turística em Maricá não incorra em problemas para os residentes permanentes do município, como gentrificação, por exemplo? É necessário que o poder público atue na criação de mecanismos legais para que o turismo local seja sustentável, harmonioso, ético e gere benefícios para o *trade* e para a população local, garantindo um efetivo processo de desenvolvimento do território municipal, feito e absorvido por todos os seus atores locais, em um processo permanente de participação e tomadas de decisões coletivas que atenda aos interesses de todos (DALLABRIDA, 2020; FRATUCCI, 2014; TASSO; MOESCH; NÓBREGA, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é um fenômeno multifacetado capaz de impulsionar diversos setores econômicos de um território, independentemente de sua escala. Quando bem planejado e gerenciado, pode produzir efeitos positivos para todo o território. Nesse contexto, as políticas de turismo tornam-se fundamentais para garantir o planejamento e desenvolvimento turístico dos territórios harmonioso e equilibrado. Entretanto, a construção dessas políticas deve necessariamente envolver todos os atores sociais do território, incluindo aqueles que não atuam diretamente no setor turístico – moradores e empresários de outros setores econômicos.

Este trabalho abordou a dinâmica atual do planejamento turístico no município de Maricá, tendo como principal objetivo analisar as políticas e ações desenvolvidas para promover o desenvolvimento turístico do município entre 2009 e 2020, a partir dos olhares e opiniões dos atores sociais que se envolveram no contexto turístico local.

Percebeu-se que as ações realizadas foram, no primeiro momento, direcionadas para entender a dinâmica turística local e conscientizar os empresários locais do setor para a importância do turismo. Verificou-se também que houve esforços combinados do poder público e da iniciativa privada, principalmente a partir de 2017, que geraram uma série de ações que propiciaram a formulação do PMDTS Maricá 2030.

Também se observou que nem sempre essas ações foram efetivamente articuladas entre todos os envolvidos, gerando algumas sobreposições de ações, indicando que o desenvolvimento territorial a partir do turismo ainda se encontra em estágio inicial e precisa de tempo para se consolidar. Percebeu-se evidente que ainda não há uma cultural local de envolvimento e de participação de todos os atores locais nos processos de tomada de decisões sobre o desenvolvimento turístico municipal. É necessário que haja mais reuniões e discussões com a participação efetiva de todos os atores locais envolvidos com o turismo para que eles, juntos e democraticamente, definam qual é o modelo de desenvolvimento turístico que anseiam para Maricá. Somente a partir disso, fortalecerão de forma definitiva a governança turística local.

Dentre as limitações do trabalho, vale mencionar a impossibilidade de realização de entrevistas presenciais devido à pandemia. A falta de acesso a documentos considerados importantes, como a lei que instituiu o antigo COMTUR Maricá e documentos relativos às ações realizadas de 2009 a 2017, também foi outro dificultador. Isto, porém, não implicou em fragilidades metodológicas, pois foi possível analisar uma quantidade significativa de informações sobre o turismo no município e entrevistar atores chave que participaram do processo analisado.

Não esteve no escopo deste estudo aprofundar algumas questões importantes, como a estrutura do COMTUR Maricá e como seus membros se relacionam e propõem projetos e políticas, por exemplo. O melhor entendimento de problemáticas sociais e turísticas do território, como o caso da implantação do *resort* Maraey e as visões das comunidades próximas às futuras instalações do empreendimento, também não estiveram dentro dos objetivos do trabalho, o que abre campos para futuras pesquisas. Além disso, os projetos do poder público, iniciativa privada e a estruturação do turismo rural – em razão de se tratarem de processos ainda em andamento, carecendo de resultados concretos para serem analisados em detalhes.

Esta pesquisa não esgota as discussões sobre desenvolvimento territorial, políticas públicas de turismo, planejamento e os processos de desenvolvimento turístico de Maricá. Para pesquisas futuras, recomenda-se que sejam realizados estudos mais detalhados sobre: a) o projeto Maraey, identificando mais concretamente as relações do poder público municipal com o IDB Brasil, e os possíveis impactos que a implantação do empreendimento irá gerar para os residentes locais e também para os outros componentes do sistema turístico local; b) a questão da governança e do associativismo municipal, as relações estabelecidas entre os atores sociais; c) os resultados das iniciativas de desenvolvimento do turismo rural nos bairros em que estão sendo implementadas, citado como um dos principais segmentos a serem desenvolvidos. As pesquisas até agora realizadas mostram ainda uma certa desarticulação entre as ações de diferentes atores atuantes no turismo local e os

representantes do poder público local. A ausência ou a ineficiência dos canais de comunicação do poder público com os atores do sistema turístico local também merecem ser estudas e revisadas, para que se atinja um estágio mais efetivo de atuação da governança turística municipal.

Nesse sentido, sugere-se que, além de trazer a população residente para o debate, é preciso estimular o interesse dos empresários do setor em participarem desses espaços de discussão. Para tanto, capacitar gestores (públicos e privados) e trabalhadores com ações direcionadas à melhoria da estrutura, dos serviços e competências desses grupos se mostra fundamental para que todos estejam alinhados às exigências da demanda e às tendências do mercado.

O desenvolvimento turístico de Maricá deve ser constantemente monitorado e as opiniões e expectativas dos atores sociais envolvidos do turismo local (incluindo a população residente) captadas e consideradas. A participação efetiva e regular desses grupos deve ser incentivada para que o processo de desenvolvimento proposto seja inclusivo, democrático e benéfico às comunidades receptoras, garantindo um efetivo desenvolvimento socioeconômico sustentável do município.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, M. Cartografia de Saberes na Pesquisa em Turismo: Proposições Metodológicas para uma Ciência em Mutação. **Revista Rosa dos Ventos**, v. 6, n.3, p. 342-355, 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENI, M. Política e planejamento estratégico no desenvolvimento sustentável do Turismo. **Revista Turismo em Análise**, v. 17, n. 1, p. 22-55, 2006. https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v17i1p5-22

BONI, V. QUARESMA, S. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese – Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o global e o local**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CASTRO, T.; ABS, D.; SARRIERA, J. Análise de conteúdo em pesquisas de psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, n. 4, p. 814-825. https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000400011

CONTI, B.; LAVANDOSKI, J. Caminhos para o desenvolvimento turístico em Maricá, RJ. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 19, n. 1, 2019. https://doi.org/10.18472/cvt.19n1.2019.1529

COSTA, H.; MARQUES, N.; WEBER, M. Políticas públicas de turismo: análise crítica dos planos de marketing turístico federais brasileiros. **Caderno Virtual de Turismo**, v.19, n. 3, 2019. https://doi.org/10.18472/cvt.19n3.2019.1579

CRUZ, R. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**, v. 20, n. 40, p. 27-43, 2005.

CRUZ, R. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. **América Latina:** cidade, campo e turismo. São Paulo: CLACSO, 2006.

DALLABRIDA, V. **Desenvolvimento territorial:** políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a indicação geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2014.

DALLABRIDA, V. **Planejamento e gestão territorial:** aportes teórico-metodológicos como referenciais no processo de desenvolvimento de municípios, regiões ou territórios. Mafra (SC): Ed. UnC, 2020.

DE PAULA, A.; MOESCH, M. Pela transversalidade da questão social nas políticas públicas setoriais: um ensaio sobre as políticas públicas de turismo. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 13, n. 2, p. 183-198, 2013.

ENDRES, A.; PAKMAN, E. A governança das políticas de turismo: o papel dos espaços de participação na perspectiva da análise de redes e da teoria institucional. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, n. 1, p. 1-18, 2019. http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v13i1.1431RBTUR

FARIAS, K.; FIGUEIREDO, S. Políticas públicas e turismo: avaliação da participação e das instâncias de governança em Abaetetuba (Pará, Brasil). **Turismo e Sociedade**, v. 8, n. 3, p. 575-600, 2015. http://dx.doi.org/10.5380/tes.v8i3.41832

FRATUCCI, A. C. A formação e o ordenamento territorial do turismo no Estado do Rio de Janeiro. In.: BARTHOLO, R., DELAMERO, M., & BANDIN, L. **Turismo e sustentabilidade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FRATUCCI, A. C. A dimensão espacial das políticas públicas de turismo no Brasil. In: PIMENTEL, T.; EMMENDOERFER, M.; TOMAZZONI, E. (Orgs.). **Gestão pública de turismo no Brasil:** teorias, metodologias e aplicações. Caxias do Sul: Educs, 2014.

G1. **Cresce a arrecadação dos royalties de petróleo e Maricá lidera ranking com recorde de R$ 2,5 bilhões em 2022.** 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2023/01/13/cresce-a-arrecadacao-dos-royalties-de-petroleo-e-marica-lidera-ranking-com-recorde-de-r-25-bilhoes-em-2022.ghtml>. Acesso em: 09 ago. 2023.

GASTAL, S.; MOESCH, M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GUIA GEOGRÁFICO RIO DE JANEIRO. **Mapa das Regiões do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.rio-turismo.com/mapas/regioes.htm>. Acesso em: 17 nov. 2022.

HALL, C. M. A typology of governance and its implications for tourism policy analysis. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 19, n. 4-5, p. 437–457, 2011. https://doi.org/10.1080/09669582.2011.570346

KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD**, v. 14, n. 2, 55-73, 2015.

LIMA, M.; IRVING, M.; OLIVEIRA, E. Decodificando narrativas de políticas públicas de turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 16, 2022. http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v16.2094.

MARICÁ 2030. **Relatório Técnico Prestação de contas Federação de Convention &Visitors Bureaux do Estado do Rio de Janeiro** *(FC&VB-RJ) e CODEMAR de 2018 (fases 1 e 2)*. 2018a. Disponível em: <http://marica2030.com.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_tecnico_-_convenio_codemar_-_fases_1_e_2.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

MARICÁ 2030. **Relatório Técnico PMDTS Maricá 2030 de 2018 (fase 3)**. 2018b. Disponível em: <http://marica2030.com.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_tecnico_2018_-_fase_3_-_pmdts_marica_2030.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

MARICÁ, Jornal Oficial de Maricá. **Plano Diretor de Maricá**. 2006. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/legislacao/legislacao_conexa/urbanismo/plano_diretor_marica.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2022.

MARICÁ, Prefeitura Municipal de Maricá. **Lei Orgânica de Maricá**. 1990. Disponível em <https://www.marica.rj.gov.br/legislacao/legislacao_tributaria/leis/lei_organica_municipal_de_marica.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

MARICÁ, Prefeitura Municipal de Maricá. **Agenda 21 de Maricá**. 2011. Disponível

em: <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Maric%C3%A1_baixa.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2022.

MARICÁ, Secretaria Municipal de Turismo. **Maricá Recebe Maricá Protege** - Manual de boas práticas para Meios de Hospedagem. 2020a. Disponível em: <https://www.conhecamarica.com.br/static/media/guia-hospedagem.2046547a.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

MARICÁ, Secretaria Municipal de Turismo. **Maricá Recebe Maricá Protege** - Manual de boas práticas para Bares Restaurantes. 2020b. Disponível em: <https://www.conhecamarica.com.br/static/media/guia-gastronomico.f9556598.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

OLIVEIRA, F. Triangulação metodológica e abordagem multimétodo na pesquisa sociológica: vantagens e desafios. **Ciências Sociais Unisinos***,* v.51, n. 2, p. 133-143, 2015. https://doi.org/10.4013/csu.2015.51.2.03

SANCHO, A.; IRVING, M. A. (2010). Interpretando o Plano Nacional de Turismo 2003/ 2007 sob a ótica da inclusão social. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 10, n. 3, p. 103-120, 2010.

SILVA, J. A. dimensão territorial no planejamento do desenvolvimento turístico no Brasil. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, 59, 2006.

SOUZA, M. O Estado e o turismo no Brasil: análise das políticas públicas no contexto da pandemia da COVID-19. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 15, n. 1, 2021. http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v15i1.2137

TASSO, J. P.; MOESCH, M.; NÓBREGA, W. Reincorporação da Ética às Políticas Públicas de Turismo: uma necessária reflexão no combate às consequências do Covid-19. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 15, n.1, 2021. http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v15i1.2141

TRENTIN, F. Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS. **PASOS Revista De Turismo Y Patrimonio Cultural**, v. 14, n. 3, p;645-658, 2016. https://doi.org/10.25145/j.pasos.2016.14.042

VELASCO, M. La política turística. Una arena de acción autónoma. **Cuadernos de Turismo**, n. 27, p. 953-959, 2011.

VELASCO, M. Gobernanza turística: ¿Políticas públicas innovadoras o retórica banal? **Caderno Virtual de Turismo***,* v. 14, supl.1, p. 9-22, 2014.

VILELA, G.; COSTA, H. Políticas Públicas de Turismo: uma análise crítica dos

planos nacionais de turismo do Brasil (2003- 2022). **Revista Turismo Em Análise**, v. 31, n. 1, p. 115-132, 2020. https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v31i1p115-132.5

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977

Recebido em: 01-11-2022.

Aprovado em: 29-07-2023.